

A PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Edgar Salvador de Decca

(Professor e Coordenador do Programa de Pós Graduação em História UNICAMP)

Em primeiro lugar, gostaria de esclarecer que meu lugar nessa mesa redonda liga-se ao fato de eu atualmente ocupar a Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em História da UNICAMP. Sinto-me na obrigação de declarar que não sou nenhum especialista da matéria, não realizei nenhum balanço mais sistemático do problema. Apenas participo aqui como um professor pesquisador em História cuja experiência nos últimos nove anos de pós-graduação em um programa específico, possa contribuir para a abertura de um debate.

Do meu ponto de vista acho difícil discutir a minha experiência na pós-graduação da UNICAMP e buscar ao mesmo tempo generalizar o problema da pós-graduação em História no país. Afinal, momentos diferentes e condições diversas separam e distanciam os vários programas de pós-graduação existentes. Apenas a título de exemplo, vários professores do Departamento de História da UNICAMP defenderam teses de doutorado na Universidade de São Paulo antes que existisse o programa de pós-graduação da UNICAMP. E mais, apenas agora no segundo semestre de 1984 que esse programa ampliou as suas atividades para o nível de doutorado.

Além disso, os vários programas surgidos no decorrer da década de 70, sob a orientação das normas do Conselho Federal de Educação, estiveram marcados por perspectivas bastante diversas.

Eu acredito ser mais conveniente fazer uma avaliação de como um determinado programa de pós-graduação se delineou nos horizontes de uma política científica da Universidade Estadual de Campinas (e acho nesse sentido que a UNICAMP é quase um paradigma universitário dos anos 70) e em seguida discutir os seus problemas tanto internos quanto externos, estes últimos com ênfase maior na atual estrutura da pós-graduação centralizada no Conselho Federal de Educação e na CAPES.

Em torno da criação da UNICAMP, ou melhor dos cursos superiores em Ciências Humanas desta Universidade existe muito folclore, sendo o mais bem humorado agente que explica a criação desses cursos como prêmio de consolação às lideranças estudantis dos anos sessenta.

Dar ou não crédito ao folclore que cerca a vida universitária depende muito do bom humor de cada um. O fato, entretanto, é que durante a década de 70 a UNICAMP representou o projeto mais ambicioso de organização universitária. Talvez a razão principal seja o de que pretendia-se criar pioneiramente um centro de Altos Estudos, cuja prioridade seria dada aos cursos de pós-graduação. Evidentemente, uma perspectiva à primeira vista bastante “elitista”, uma vez que apenas indiretamente eram considerados os programas de graduação. Situação sem dúvida, singular se considerarmos a conjuntura do país no início de 70. Proliferação e incentivo ao ensino de massa via faculdades particulares de baixa qualidade (principalmente na área de Ciências Humanas), ao mesmo tempo em que organizava-se um projeto universitário de altos estudos.

Vocês já podem imaginar qual a condição do historiador na Universidade de Campinas durante a sua implantação. Co-participante desse projeto acadêmico ao mesmo tempo sentia a sua realidade profissional descaracterizada pela política governamental que acabava com as disciplinas de história no magistério secundário, dando brechas para a proliferação dos malfadados cursos de pequena licenciatura em Estudos Sociais.

Vivenciando essa situação incerta e bastante alarmante do ponto de vista profissional é que os historiadores conseguiram convencer a comunidade universitária (pela própria situação vivida pelos profissionais em História no país) de que era falida qualquer perspectiva de manutenção dos cursos de pós-graduação sem a sua base fundamental – formação de profissionais em História no nível de graduação.

Esta posição assumida, foi vitoriosa duplamente: primeiro porque nenhum centro de estudos da Universidade conseguiu se consolidar sem cursos de graduação e segundo porque a crise econômica de meados de 70 fez cair por terra um projeto universitário de grandes pretensões mas de base precária.

Vivenciamos, hoje, um outro problema e que outros departamentos de História são também testemunho. Estou falando do agigantamento das instituições, inclusive, sem respaldo financeiro para suportar esse crescimento exigido pelos altos escalões de Universidade e pelas instituições federais de ensino superior. Para falar apenas sobre a área de História, há uma grande demanda por novas vagas tanto no nível de graduação quanto no mestrado e no doutorado. Para se ter uma vaga idéia, o programa de Mestrado em História da UNICAMP recebe anualmente mais de 40 inscrições de todo o país, sendo que já existem instalados 18 desses programas no Brasil. Tem atualmente 68 pesquisadores em nível de Mestrado cuja responsabilidade recai

sobre apenas 14 doutores. Recursos financeiros até 1983 não existiam além das bolsas de demanda social da CAPES e do CNPq e algumas bolsas da FAPESP.

Para não levantar apenas os pontos negativos, poderia afirmar que tal organização acadêmica com um reduzido quadro docente, embora sobrecarregue a todos, permite algo que considero de extrema importância: uma integração considerável entre a pós-graduação com suas pesquisas e as disciplinas do curso de graduação. Este é um ponto muito positivo na formação do profissional em história que desde os primeiros anos de graduação começa a se familiarizar com atividades de pesquisa quebrando a preconceituosa distinção entre licenciatura e bacharelado.

Faço essas breves considerações propositalmente. Não é raro encontramos dentro da nossa comunidade de historiadores, severas críticas aos programas de pós-graduação, por eles serem considerados nossos esbanjadores de recursos omissos diante da realidade educacional do país e como núcleo privilegiado do sistema educacional. Eu não poderia falar em nome de outros programas de pós-graduação, mas com relação àquele que participo estas acusações são completamente equivocadas. Uma vez que neste Congresso da ANPUH estão convivendo estudantes, professores secundários e professores universitários gostaria de esclarecer esse equívoco. A falta de recursos materiais e financeiros para a educação no país é um mal que atravessa todos os níveis e paradoxalmente eu gostaria de dizer que muito dinheiro se gasta a nível federal para administrar essa precária situação educacional. Durante a crise econômica dos anos recentes este problema aflorou completamente, a ponto das instituições federais anunciarem muito modestamente uma política de redistribuição de recursos para o pós-graduação.

Não devemos nos iludir. Existe hoje uma complexa organização federal para o ensino superior que consome uma parcela vultosa de recursos apenas em administração. Os complexos do MEC, CNPq, CAPES têm hoje um controle minucioso do funcionamento dos programas de pós-graduação e tal inspeção na maioria das vezes, não apenas sobrecarrega os coordenadores de programa com atividades burocráticas, como é realizado a partir de critérios altamente discutíveis de avaliação. As exigências da CAPES, por exemplo, para a atribuição de conceitos aos programas baseiam-se em critérios quantitativos de eficiência que não diagnosticam a verdadeira realidade da área de Ciências Humanas.

No entanto, hoje em dia, esses critérios são decisivos, pois apenas os programas com um bom conceito recebem um mínimo razoável de bolsas de estudo de demanda social e as verbas para a manutenção e custeio. Além desses problemas de avaliação existem outros internos a própria Universidade. Por exemplo, as atuais verbas de manutenção e custeio são entregues às coordenadorias gerais de pós-graduação, e a sua liberação depende de limites e trâmites burocráticos que acabam dificultando o seu uso, resultando disso uma desvalorização da dotação alocada em cada programa.

Retomo um ponto anterior no qual eu afirmava que existe atualmente uma estrutura complexa de inspeção federal aos programas de pós-graduação. Eu acredito, que uma das medidas necessárias urgentes é a de utilizar estes mecanismos para a busca de uma maior integração entre os vários programas com o intuito de fortalecer as nossas posições diante dos órgãos federais que administram os recursos para a pesquisa na Universidade. E não apenas isso, devemos incentivar a troca das experiências acadêmicas e da produção científica para além dos frios catálogos de teses da CAPES. Afinal de contas, inúmeros programas realizam pesquisas que não redundam automaticamente em teses e cujos resultados algumas vezes são mais satisfatórios do que aqueles alcançados dentro da estrutura do Mestrado e do Doutorado.

Um outro ponto de grande importância, a meu ver, é aquele relativo aos cursos de aperfeiçoamento. Em virtude das parcas condições financeiras dos programas de Mestrado e de Doutorado, não existem condições, para que os resultados de novas pesquisas e novas teses possa ser partilhado por uma clientela maior do sistema educacional. Este problema acaba por produzir uma reconhecida frustração entre os pesquisadores docentes e discentes que quando não conseguem publicação para seus trabalhos vêm as suas obras legadas “a crítica corrosiva dos ratos” dos arquivos, como bem dizia Marx. Seja junto às instituições federais ou mesmo internamente às Universidades, os programas de pós-graduação deveriam exercer pressão no sentido de criar condições materiais e financeiras para a abertura de cursos de especialização e aperfeiçoamento aos docentes (do secundário e do nível superior) que não podem ter acesso a produção mais especializada da Universidade. Afinal, esses cursos poderiam se tornar, mediante a ajuda das instituições, em um canal importante de inter-relacionamento entre as várias parcelas de professores do nosso precário sistema educacional.

Eu tenho participado de várias reuniões, de professores secundários e de universidades que não tem pós-graduação e todos sem exceção sentem uma carência muito grande de atualização historiográfica. Há hoje uma grande insatisfação com relação aos livros didáticos e as empresas editoriais monopolizando este setor e funcionando visando os altos lucros, não têm qualquer preocupação em atualizar os seus produtos a partir da produção das universidades. Mesmo os projetos editoriais das Universidades, estão muito longe de se preocuparem com esta questão. Enfim, a realidade do sistema educacional é compartimentada e não existem efetivamente canais para a comunicação entre os vários níveis do ensino da pesquisa em História.